



GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

Publicação no D.O.E	
nº. 33875	pág. 719
de: 31 / 10 / 2018	
Caderno: Pub. Diários	

CONSELHO DIRETOR DECISÃO Nº 520/2018	
INTERESSADO (A):	Taciara Matias Braga
ASSUNTO:	Inadimplência de Prestação de Contas no âmbito do Programa de Apoio à Iniciação Científica do Amazonas – PAIC-AM – Resolução nº 022/2011 – Decisão nº 121/2013-CD/FAPEAM.
PROCESSO Nº:	01.01.016301.00000494.2018-FAPEAM

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO DIRETOR da FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS, em reunião realizada nesta data, considerando:

a) a inadimplência da ex-bolsista **Taciara Matias Braga**, em decorrência de ausência de Prestação de Contas Técnica Final, referente ao projeto “*Dinâmica do transporte de elementos-traço na fase sólida e fase dissolvida na região da tríplice fronteira no alto Rio Solimões, Amazonas*”, sob a coordenação do Dr. Jamal da Silva Chaar e a orientação do Prof. Ronaldo de Almeida, no âmbito do PAIC-AM – UFAM, Resolução nº 022/2011-CD/FAPEAM;

b) o parecer nº 426/2018-ASJUR/FAPEAM, que opina pela devolução do recurso concedido à interessada por descumprimento do Termo de Compromisso e Responsabilidade do Bolsista e art. 18 da Resolução nº 022/2011, bem como pela aplicação da penalidade prevista na Resolução nº 003/2017,

DECIDE:

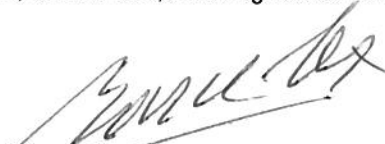
I **DETERMINAR** a devolução dos valores recebidos pela Senhora **Taciara Matias Braga**, no âmbito do PAIC-AM, Resolução nº 022/2011-CD/FAPEAM, na importância de R\$ 800,00 (oitocentos reais), a ser atualizado monetariamente, em razão da ausência da Prestação de Contas Técnica Final;

II **APLICAR** penalidade com a permanência do seu nome no cadastro de inadimplentes desta Fundação pelo período de 60 (sessenta) meses, conforme disposto na Resolução nº 003/2017-CD/FAPEAM;

III **CIENTIFICAR** a interessada da Decisão do Colegiado;

IV **ENCAMINHAR** cópia dos autos do processo administrativo à Procuradoria-Geral do Estado – PGE/AM, em caso do não cumprimento do estabelecido no item I, com fins de recuperação do crédito aos cofres públicos nos termos do art. 2º, §3º da Lei nº 6.830/1980.

SALA DE REUNIÕES, em Manaus, 01 de agosto de 2018.


Edson Barcelos
Presidente


Dércio Luiz Reis
Diretor Técnico-Científico
Conselheiro


Ordival Leite Rubim Filho
Diretor Administrativo-Financeiro
Conselheiro